



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NECESSIDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO DOCENTE, UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB

*INCLUSIVE EDUCATION: NEEDS AND CHALLENGES IN TEACHER
TRAINING, A CASE STUDY IN SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB*

DOI: 10.5281/zenodo.17290684



Sergio Lopes Pereira¹

Resumo

A pesquisa investigou as dificuldades enfrentadas por professores da rede municipal de São Vicente do Seridó-PB na inclusão de alunos público-alvo da educação especial em salas regulares de ensino. Trata-se de um estudo qualiquantitativo, com coleta de dados por meio de questionários aplicados a 29 docentes de diferentes áreas de formação. Os resultados evidenciaram que 62,1% dos professores já tiveram ou têm alunos com necessidades especiais em suas turmas, dos quais 55,6% apontaram a ausência de preparo em sua formação inicial como principal obstáculo ao processo inclusivo. O referencial teórico fundamentou-se em autores como Otto Marques da Silva e Marcos J. S. Mazzotta, destacando a trajetória histórica de visibilidade das pessoas com deficiência. Conclui-se que, embora haja avanços legais e normativos, a prática inclusiva ainda apresenta lacunas significativas, sendo recomendada a oferta de formação continuada, promovida pela Secretaria de Educação em parceria com instituições públicas ou privadas, a fim de aprimorar a atuação docente.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação do professor; Leis.

Abstract

La investigación investigó las dificultades enfrentadas por los docentes de la red municipal de São Vicente do Seridó-PB en la inclusión de alumnos público objetivo de la educación especial en aulas

1 Universidade Del Sol – Unades





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

regulares. Se trata de un estudio cuali-cuantitativo, con recolección de datos a través de cuestionarios aplicados a 29 docentes de diferentes áreas de formación. Los resultados evidenciaron que el 62,1% de los profesores ya tuvieron o tienen alumnos con necesidades especiales en sus clases, de los cuales el 55,6% señaló la falta de preparación en su formación inicial como el principal obstáculo para el proceso inclusivo. El marco teórico se fundamentó en autores como Otto Marques da Silva y Marcos J. S. Mazzotta, destacando la trayectoria histórica de visibilidad de las personas con discapacidad. Se concluye que, aunque existen avances legales y normativos, la práctica inclusiva aún presenta lagunas significativas, recomendándose la oferta de formación continua promovida por la Secretaría de Educación en asociación con instituciones públicas o privadas, con el fin de mejorar la actuación docente.

Palabras clave: Educación inclusiva; Formación de docentes; Leyes.

Introdução

A educação no geral enfrenta constantes desafios, e nesse contexto, nossas escolas precisam buscar alternativas viáveis para superá-los. A sociedade como um todo, apresenta significativas especificidades em que a escola precisa estar atenta para conseguir acolher e acima de tudo compreender essa demanda, para a partir dessa realidade, tornar possível o acesso a aprendizagem a todos os alunos conforme aponta o inciso I do art. 3º da LDB.

De posse dessa compreensão, e tendo como base os princípios que norteiam a educação inclusiva, o sistema educacional e em particular as escolas precisam encontrar meios para proporcionar a esses alunos uma educação de qualidade, se fazendo necessário rever suas práticas, atitudes face a esses alunos que apresentem particularidades específicas. Nesse caso, se faz necessário a adaptação de metodologias e estratégias que possibilite a igualdade de oportunidades de aprendizagem dentro de suas especificidades. Mas de fato, quem seria esse aluno especial? De acordo com Marta Helena e Rosane Gumiero (2014), consideram-se alunos com deficiência àqueles que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil. Nesse contexto, a educação inclusiva tem como premissa, promover uma educação para todos, e isso implica em remover barreiras impostas pelas limitações dos alunos o que leva a tentativa de abordagens diversificadas e inovadoras que possibilitem levar em consideração os diferentes ritmos apresentados pelos mesmos.

Com isso, se faz necessário um trabalho muito alinhado em equipe para que possa oportunizar a estes alunos uma participação mais ativa nas aprendizagens e consequentemente no grupo em que os mesmos estão inseridos. Vale salientar que, o engajamento da escola como um todo em relação aos alunos com necessidades especiais é de extrema importância para o sucesso educacional do aluno, uma vez que todos precisam ter esses olhos sensíveis em relação ao diferente, não no sentido de despertar rejeição, pena ou algo semelhante, mas de ter o entendimento que todos precisam compreender as limitações uns dos outros, cientes de que o ensino aprendizagem faz parte do processo educacional e que eles estão inseridos nesse contexto.

A escolha do tema, nasce da observação da necessidade de profissionais capacitados para exercer a docência junto aos alunos público alvo da educação especial nas salas de AEE (atendimento educacional especializado), mas prioritariamente da adaptação dos mesmos nas salas regulares de ensino no município de São Vicente do Seridó-PB¹. Sendo assim, pareceu-nos pertinente averiguar as principais barreiras impostas a essas dificuldades de não apenas acolher, mas também de possibilitar uma mediação do conhecimento que viabilizasse contemplar a todos naquele universo diverso de alunos na sala de aula.

2.0 Referencial Teórico

2.1. Cartografia da educação especial

2.1.1. Educação especial no mundo

Falar em Educação Especial, é falar de algo que nos remete a uma viagem movida por encantos, desencantos, conquistas, tristezas, alegrias, incompreensões e muitas lutas. O sujeito





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

da educação especial não diz respeito apenas a contemporaneidade; desde os primórdios da antiguidade existiam pessoas com necessidades especiais. O que podemos observar que houve como mudança, é a forma como eles começaram a serem vistos por aqueles considerados “normais”. Diz respeito, portanto, a uma mudança no regime de visibilidade e dizibilidade que conduz o ver e o dizer com relação a esse sujeito. Ao longo da história da humanidade, muitas vertentes e diferentes visões eram atribuídas a pessoas consideradas com deficiência, tudo dependia da cultura, das informações disponíveis, das crenças e convicções, além da compreensão do que é deficiência. Para nos atermos a existência humana aqui na Terra, temos que entendermos a sua passagem, levando em consideração as suas etapas e como cada uma delas se apresentavam no dia-a-dia do ontem e do hoje. De acordo com o que nos apresenta Silva (1987) as primeiras civilizações iniciaram seu desenvolvimento próximos a grandes rios, tais como: Eufrates, Tigre, Nilo, Ganges, Amarelo e Indo. A partir daí, logo se pode perceber a criação de grandes grupos humanos que dariam início as civilizações conhecidas como egípcios, assírios, hebreus, babilônios, fenícios e mesopotâmicos. De acordo com Silva (1987), estudos feitos por paleontologistas os quais levam em consideração desenhos, estatuetas, relevos, como também análises sistemáticas de ossos que apresentavam anomalias, chegaram a conclusão de que a doença e a deficiência sempre esteve presente na vida do homem desde sua existência, o que muda ao longo da história é a forma como ela é tratada em cada época. O mesmo autor Silva (1987) afirma que o destino do homem deficiente na pré-história, não se tem registro ao certo apenas conjecturas. Parafraseando com Silva (1987) onde o mesmo afirma que na opinião dos antropólogos e historiadores da área da medicina, pode se perceber que ao longo da história, os idosos, os deficientes sempre tiveram dois tipos de tratamento; ou eram cuidados com zelo, amor ou talvez até reverenciados, ou eram abandonados e sacrificados, tudo em nome de um bem comum a todos, uma vez que a decisão de zelar ou de extermínio no caso do deficiente, sempre esteve relacionado a proporcionar melhores condições de sobrevivência ou de continuidade dos povos da época. Por outro lado, os povos primitivos em específico a tribo de índios dos *ajores*, Segundo (Silva, 1987), em função do nomadismo, todos os recém nascidos acometidos de quaisquer que sejam sua





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

deficiência, são enterrados junto a sua placenta, e que jovens ou velhos que por algum motivo qualquer tenham sido acometidos de uma deficiência de qualquer natureza que o impeça de desenvolver suas atividades naturais como caça e pesca e nesse caso o nomadismo, os mesmos são enterrados vivos desejando ou não ser submetidos a tal atrocidades.

Percebe-se que tais atitudes, mesmo que esteja voltada para os interesses do grupo, no sentido da valorização para obtenção de alimentos, como também no sentido de enterrar seus entes vivos no sentido do grupo dar continuidade, nenhuma dessas situações estão relacionadas a algum tipo de discriminação, mas para manter o equilíbrio e continuidade das atividades e interesses da coletividade.

Em função do desconhecimento relacionado aos comportamentos das pessoas portadoras de quaisquer deficiência pelo fato da influência de maus espíritos, por demônios ou por terem cometido pecados em outras vidas, portanto, essa questão não podia ser resolvida a não ser pela intervenção divina ou por médicos sacerdotes, que na época detinham o conhecimento dos livros sagrados sobre doenças e suas curas.

Pode se observar por meio de Silva (1987) que as criança ou adulto que apresentassem algum tipo de deficiência, estaria fadado a esta hipotética realidade de morte, tanto os nobres como os plebeus, tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência, pois para esses cidadãos, as crianças com deficiência traziam prejuízos irreparáveis para a sociedade, ou seja, não produziam, não eram capazes de socialização, eram motivos de vergonha e não detinham capacidade de “aprendizagem”, e sendo assim, não teria sentido a sua sobrevivência e facilmente seriam submetidos a esse tipo de atitude o que era considerada socialmente aceitável. Os absurdos cometidos eram tidos como naturais para as pessoas. Continuando com essa mesma linha de pensamento, os espartanos permitiam que jogassem ao mar ou em precipícios, tanto as crianças, quanto as pessoas que fossem desenvolvendo algum tipo de deficiência, caracterizando assim, o mesmo desprezo e ojeriza por aqueles que, na época, nem a própria medicina conseguia entendê-los, nem tão pouco diagnosticá-los, e por muito tempo, os deficientes receberam tratamento de total desprezo, sendo considerados inúteis e até mesmo estorvos.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

As observações feitas por Carmo (1991) afirmam que as civilizações da antiguidade apresentavam duas formas de lidar com essa situação; ou acolhia-os de forma a tolerá-los, ou eram menosprezados, eliminados e destruídos. Tal atitude era possível ser tomada por que os mesmos eram considerados como sendo subumanos.

Uma outra situação em relação as pessoas com necessidades especiais deve ser levada também em consideração, como aponta Silva (1987) era que nem todas as crianças as quais eram abandonadas, chegavam a óbitos, eram encontradas muitas vezes por escravos ou pessoas pobres que as criavam e as utilizavam como meio de sobrevivência através do ato de pedir esmolas para aqueles que os “criou”, e essa situação muitas vezes levava-os a serem raptados pois essa prática se espalhava e conseguiam enxergar nisso meio de sobrevivência tornando-os pedintes.

Na ocasião, algumas crianças eram encontradas e eram criadas com dignidades, mas em sua maioria quando não eram mortas, eram criadas para serem exploradas em casa de prostituição, uma vez que Roma era conhecida por esse tipo de atividade comercial, ou em outra prática comercial como circos, por exemplo, em que os mesmos eram submetidos a situações de chacotas para os demais.

Desse modo, a humanidade sempre pensou de forma mesquinha, preconceituosa, em nome dessa busca do perfeito para todos, matou, humilhou, discriminou aqueles que por imposição da natureza os fez diferente, tornando-os assim, seres desprovidos de direitos, de até mesmo direito a sobrevivência, com isso, a sociedade passa a olha-los com preconceito, tornando essa sua atitude como sendo o mais normal possível diante dos interesses em questão. Veja o que Corrent *apud* Negreiros (2014, p.13) afirma:

(...) desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas (NEGREIROS, 2014, p.13).





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Um dos fatos marcantes que surgiu na época do império Romano diz respeito ao surgimento do cristianismo que apresentava uma ideologia de valorização dos humildes, dos mais sofridos, dos humilhados, tomando como base o entendimento da valorização do ser humano em sua essência independentemente de sua condição financeira, física ou social, o pensamento é que o amor deva existir entre as pessoas e que a compaixão deva ser alicerce para o cotidiano da vida das mesmas. Essa nova forma de olhar o mundo, trouxe um impacto gigantesco a essa realidade a qual Roma vivia de exclusão e divisão. O cristianismo surgiu justamente para resgatar a esperança aos humilhados como os mendigos, pobres e deficientes.

Com a entrada do cristianismo fortemente em meio a sociedade, os costumes de benzeduras e ritos relacionados a exorcismo se mostraram cada vez mais constantes, diante dessas circunstâncias, mediante essas práticas, pode-se perceber que a deficiência passa a ser não mais uma questão social e sim de cunho religioso, pois ora era considerado demoníaca, ou possuída pelo demônio no caso, dos deficientes mentais.

Por outro lado, as pessoas deficientes não podiam ser mais exterminadas em função da ascensão da ideologia cristã em que afirma que todos nós somos criaturas de Deus e possuidores de uma alma, mas de certa forma estaríamos expostos a boa vontade do homem, pois estavam à mercê da caridade humana para que pudesse sobreviver, mas com tudo isso, já era um ganho, pois diante da realidade vivida por eles de serem sentenciados a morte pelo simples fato de serem diferentes, isso já é um avanço, pelo menos o direito a vida já é garantido.

A história da Educação especial ou das pessoas com necessidades especiais, da antiguidade até a idade média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida a margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente ratificado naquela época (CORRÊA, 2010, p. 17). Entre os séculos XV a XVII são traçados novos percursos de pensamentos e ideologias a respeito de como lidar com essa minoria que sempre foi tão mal interpretada e pouco aceita pela sociedade num contexto geral. A partir, desse novo olhar,





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

fortalece-se a ideia de não mais vê-los apenas como parte integrante da massa de pobres e marginalizadas e sim, de pessoas que deveriam ter um olhar próprio de atenção e cuidado. O documentário breve trajetória histórica da educação especial no mundo e no Brasil (2013) aponta outro fator extremamente importante que foi o registro da primeira escola para cegos na história, na qual foi construída em Paris em 1784 por Valentin Haüy, como também a primeira escola para educação de surdos em 1755 por Charles Michel Epée aperfeiçoando a linguagem de sinais, consolidando um marco histórico na educação especial. Percebe-se então que o mundo através dos seus grandes pensadores estudiosos da época, despertavam para uma grande missão humana, que era a de levar um pouco de dignidade aqueles no qual a sociedade sempre olhou de forma diferente, para não dizer discriminatória.

Nesse aspecto, pode-se dizer que o século XVI e XVII pensa em ações concretas por alguns homens que dedicaram sua vida a questões nas quais até então não se tinha nenhuma perspectiva de avanços significativos. O século XIX inicia um diálogo meio que retroagido, tímido, mas que começa a se pensar em ações políticas, debates públicos entre outras ações de relevância social, levando em consideração os ritmos distintos de um país para outro. De uma coisa eles tomaram consciência e “chegou-se a conclusão de que a solução para esses problemas não era apenas uma questão de abrigo, de simples atenção e tratamento, de esmolas ou de providência paliativa similares, como sucedera até então” (SILVA, 1987, p. 90).

Nessa perspectiva, Hellen Keller (documentário) afirma que a experiência humana não seria tão rica, se não existisse obstáculos a superar. E assim, desde a antiguidade, o movimento pela educação especial vem sendo construído com tortura, segregação, lágrimas e privações. No entanto, seu passado cruel marca a contemporaneidade com o hasteamento mundial de bandeiras em prol da igualdade, do direito a sociedade e ao conhecimento, ficando assim o Estado, a Escola e a família com o compromisso de engajarem-se no investimento, debates e consolidação destas lutas.

2.1.2 A Educação Especial no Brasil





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Assim como nos demais países, no Brasil não poderia ser diferente o olhar para com os as pessoas com necessidades especiais ao longo da história, seja ela por motivo de doenças infecciosas ou imposta por condições naturais, aos aborígenes, aos negros trazidos em condições precárias e desumanas em navios superlotados e com altos índices de infecções no mercado negro da escravidão para trabalharem como carga humana, como também aos nossos colonizadores de Portugal, França, Espanha e Holanda. A eles era direcionado o olhar de segregação, de exclusão e de humilhação, como já era “comum” e algo que a sociedade impunha como “normal”. No Brasil essa classe foi vista por muitos séculos com um diferencial a mais que os demais, no que diz respeito ao estado de pobreza, “no Brasil a pessoa com deficiência foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre dos pobres” (SILVA, p.197,1987).

As primeiras manifestações de apoio aos deficientes, assim como no restante do mundo, se deram através das casas de Misericórdia que seguiam um mesmo padrão dos países dos colonizadores, vale salientar que, essas casas, recebiam diariamente bebês com deformações das mais diversas possíveis, e que devido as dificuldades impostas pela sociedade na época, os mesmos eram abandonados e criados pelos conventos ou orfanatos a margem da sociedade.

Em Salvador inicia-se em 1874 o atendimento médico pedagógico a crianças com deficiência mental no hospital Estadual, hoje, Hospital Juliano Moreira na Bahia. O atendimento restringia-se a três segmentos apenas da educação especial: surdos, cegos e deficientes mentais, vale salientar que o atendimento era condicionado para aprendizagem de ofício por meio de oficinas como: tipografia e encadernação para os meninos cegos, tricô para as meninas, oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos (MAZZOTTA, 1996).

No período relacionado as duas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivenciava a fase de estruturação da República, esse momento gerou muitos conflitos sociais, discrepâncias regionais e que essas mudanças trariam um novo olhar no panorama educacional. Vale salientar que nesse período, segundo (TEXEIRA, 1977), a educação era voltada para elite





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

nacional incluindo também grande parte da classe média, sendo que as classes populares não tinham acesso à escola, o que tornava o povo cada vez mais dependente e submisso a elite.

Enquanto a escola primária pública se espalhava pelo país, a preocupação com a vertente psicopedagógica da educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil toma um rumo, um direcionamento impulsionado pelas influências das escolas novistas que no panorama mundial, esse movimento se caracterizou pela necessidade de fazer a escola dialogar com seu público, tentando superar o tradicionalismo que condicionava o aluno a um mero telespectador.

Segundo Mazzotta (2005), os primeiros livros que tratam dessa problemática envolta dos alunos com necessidades especiais foram de 1915 escrito pelo professor Clementino Quaglio que se intitulava ‘A educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil’, nessa mesma perspectiva, Basílio de Magalhães também lançava as suas obras: ‘Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência’ e ‘A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina’. Com isso, a criança que apresentava necessidades especiais começa a ter uma ascendência, uma visibilidade no panorama educacional, mas mesmo assim o Brasil até meados do século XX ainda mantinha a postura de um mero observador do crescimento dos demais países em consolidação de uma política séria voltada para uma clientela que a séculos clamava por socorro.

Mediante toda essa sondagem, o Brasil foi um dos escolhidos e que atendeu com muita luta aos critérios pré-estabelecidos pela ONU e sendo assim, foi criado o Instituto Nacional de Reabilitação (INAR) da Universidade de São Paulo. Mas até que ponto esse centro de referência iria atender as expectativas da real necessidade de uma população que há anos clama por um atendimento que possibilitasse melhores oportunidades para um futuro melhor as pessoas com deficiência.

2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR A PARTIR DA LEGISLAÇÃO VIGENTE





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

O VII seminário de formação do programa educação inclusiva afirma que: “As escolas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remotas ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguística, étnicas ou culturais ou crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados” (VII seminário de formação do programa educação inclusiva, 2013).

Por se tratar de uma educação de minorias, a educação especial no Brasil ganhou força através de muitas lutas que possibilitaram o surgimento de leis que buscassem favorecer os portadores de deficiência, e com isso, o termo educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994).

Mas a constituição de 1988 já apontava em seu artigo 206, Inciso I que trata da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, mas que especifica com mais precisão no Artigo 208 onde está posto que a educação é dever do Estado e deve garantir a todos igualdade de acesso, ficando explícito no Inciso III do artigo citado acima que deve ser oferecido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Fato consolidado na LDB de 1996.

Antes de vivenciar a oficialização das leis que iriam reger a educação do país se vivenciou algumas iniciativas no âmbito nacional pelo governo federal através de campanhas voltadas para essa finalidade como afirma Mazzotta (2011). Podemos citar a campanha lançada pelo decreto n. 42.728 de 3 de dezembro de 1957, decreto que vem instituir a Campanha para a Educação do surdo Brasileiro (CESB). No ano de 1958, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão vinculada ao Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro.

Essa campanha foi instituída pelo decreto de número 44.236 de 1º de agosto do ano citado acima e em 29 de Novembro foi formada uma comissão e instituída pela portaria de número 566 composta por: Clóvis Salgado, então Ministro da Educação e Cultura, Wilton Ferreira, José Espinola Veiga, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, representantes do Instituto Benjamin Constant, Rogério Vieira, representante do Conselho Regional Para o





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Bem-Estar dos Cegos e Dorina de Gouveia Nowil da Fundação para o Livro dos Cegos no Brasil.

No ano de 1960, outra campanha foi lançada, dessa vez, sob a influência de movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais com o apoio de Pedro Paulo Penido, então Ministro da Educação e Cultura, e essa campanha foi instituída pelo decreto n.48.961 de 22 de Setembro de 1960 intitulada: Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).

O Brasil vivenciou lutas que foram travadas, objetivando o bem estar e um olhar igualitário para essas crianças, e com isso, se faz necessário um documento que regesse a nível nacional a educação do País em todos os níveis e inclusive a educação especial, até que se aprovasse a primeira lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1948 a 1961), a lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que, inicialmente, criou o Conselho Federal de Educação para se pensar a Educação como uma política de melhoria para população. Este documento dedicou dois de seus artigos para tratar dessa temática, em específico os Artigos 88 que afirma que: “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Enquanto a 2ª LDB LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1971, Lei de número 5692/71 apresenta apenas um artigo que trata da educação especial, no caso o artigo 9º restringindo esse público aos: deficientes físicos ou mentais, os que se encontram em atraso com idade diferente da série, como também os superdotados, apontando ainda que esses devem receber tratamento especial que ficaria a critério dos Conselhos de Educação. Essa lei teve sua redação alterada para 7044/82, onde instituía as diretrizes e bases do 1º e 2º Graus no âmbito regular e especial objetivando com a formação do educando o pleno desenvolvimento do seu potencial.

Envolto a essas discussões, o Brasil em 1988 traz para si ares de uma nova democracia pautada na implantação da constituição federal que foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988 que por sua vez atenta aos problemas em que a sociedade brasileira estava inserida, não poderia deixar de contemplar a Educação Especial como prioridade. Porém, atento a essa necessidade de ações, em 1989 em específico em 24 de outubro foi lançada a lei de n. 7.853





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

que apresenta “normas para o desenvolvimento dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências e sua efetiva integração a sociedade.

Podemos constatar isso em seu Art. 2º onde afirma que “Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

Partindo dessa premissa, no mesmo ano de lançamento do ECA, em Jomtien na Tailândia em específico do dia 5 a 9 de Março de 1990, foi realizada a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos. Tal Declaração retrata a real necessidade de discutir os problemas da educação refletidos no mundo. Nessa perspectiva o Brasil tendo assumido a adesão a Declaração de Salamanca junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e (UNESCO) Organização das Nações unidas para educação, a ciências e a cultura e ao Banco Mundial (BM) os quais promoveram o encontro, ele assim o faz sabendo que terá que rever realidades que não são favoráveis a uma educação de qualidade, tais como: Os indicadores da educação básica, priorizando os aspectos quantitativos do acesso.

De fato, após esse compromisso selado pelo Brasil, percebe-se então um aumento de matrícula na rede regular de ensino de alunos especiais, principalmente entre os anos de 1998 a 2002 de aproximadamente 150%, claro que não deveremos apenas olhar para o número, pois o mesmo não indica que tipo de educação está sendo oferecida aos mesmos, mas se refere apenas ao acesso, a chegada desses alunos as escolas regulares. É justamente nesse contexto de lutas e tentativas de consolidar políticas públicas que de fato contemplasse esse público que nasce a nova LDB promulgada em 1996 que tem um histórico de oito anos de discussões, no qual a mesma perpassa por vários governos marcados por fortes contradições ideológicas e que por isso o seu processo de tramitação se deu de forma conflitiva e intensa. Na verdade, podemos afirmar que a LDB 9394/96 é fruto de uma luta da sociedade que vem a





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

demonstrar, diante de um congresso pouco inquieto diante das questões sociais que atravessam a educação, a importância de uma educação pública de qualidade.

Sendo assim, a nova LDB, em específico no seu artigo 4º, aponta o Estado como sendo o responsável pela oferta da educação escolar pública, e se tratando do tema em questão nesse trabalho, o inciso III trata da educação especial como medida de efetivação garantida a esse atendimento especializado e gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todas as modalidades, níveis e etapas preferencialmente na rede regular de ensino. Esse inciso deixa bem claro o papel do Estado para com a educação dos alunos especiais.

Para fechar essa questão, em 27 de dezembro de 2012 foi promulgada a lei 12.764/2012 que aponta em seu artigo 7º, que se o gestor escolar ou responsáveis por escolas públicas ou privadas se recusar a efetivar matrículas de alunos com transtorno do aspecto autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3(três) a 20(vinte) salários mínimos, e que em seu parágrafo 1º ainda ressalta que, em caso de reincidência, sendo apurado através de processo administrativo, poderá acarretar perda do cargo.

Foram muitas lutas na busca de amparos legais para garantir o direito dessas crianças e sendo assim, a escola deve ser o ambiente que possa despertar nas pessoas que confiam seus filhos nas mesmas, um sentimento de que aquelas realidades vividas por elas de dificuldades, de desilusões, de “destinos” possam reverter em cada uma em forma de esperança, em sonhos de mudança de realidades, em novas oportunidades de vida, que transforme realidades e que possa devolver a dignidade aquelas em situações de vulnerabilidade em que se encontram. A escola precisa entender o seu papel, para que assim possa dar sentido a sua existência e sua criação, e a partir daí poder fazer a diferença na vida daqueles que assim precisarem de sua oferta de trabalho.

Metodologia

A pesquisa foi quali-quantitativa, do tipo estudo de caso. A mesma, trás como amostragem as percepções de 29 professores da rede municipal de São Vicente do Seridó/pb na rede regular





REVISTA OWL (OWL Journal)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

de ensino da educação inafantil ao Fundamental II. Poderão ser observado detalhes sobre a escolha da abordagem qualiquantitativa, a seleção dos participantes, bem como a coleta e análise de dados realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas através de questionários. A metodologia escolhida busca proporcionar uma compreensão aprofundada do reflexo da formação dos docentes, permitindo uma análise abrangente das influências e impactos dessa formação em suas práticas pedagógicas com o público alvo da educação especial.

Resultados e Discussão

Início esta discussão apresentando uma fala de um professor quando questionado sobre a principal dificuldade enfrentada com alunos público alvo da educação especial que diz: P₁ “Porque a formação nos oferece subsídios teóricos e não nos prepara para a prática em sala de aula”.

Essa fala desse professor contempla o pensamento de 62,02% dos entrevistados em que atribuem as suas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de sala de aula com alunos especiais a sua formação inicial. Sabendo da importância do papel do professor nesse contexto de reformas da educação, do papel da inclusão nas escolas regulares de ensino que hoje é uma realidade assegurada pela LDB, constituição federal e pelas diretrizes nacional da educação especial, as instituições formadoras precisam repensar suas práticas, repensar seus PPCs dos cursos, ementas das disciplinas que contemplem essa realidade da educação especial, para que possivelmente possam tornar essa formação mais próxima da realidade enfrentada no chão da escola, por que na questão seguinte, eles foram indagados sobre o seu preparo para lecionar as crianças especiais no ensino regular, e um dado alarmante nos foi confirmado que 93,11% dos professores da amostra não se sentem preparados para lecionar a esse público.

É preciso sempre amadurecer as discussões a respeito da formação do professor, para que situações como essas não tomem essas proporções, precisamos considerar que o processo de formação do professor é de extrema importância, pois está nas mãos dele toda uma gama de responsabilidades relacionadas ao pleno desenvolvimento





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

educacional e intelectual dos alunos. Para (Ramalho, Nunez e Gauthier, 2004, p.12) “o professor é e continuará sendo o elemento primordial do processo educativo formal, o dinamizador e mediador da aprendizagem”. Sendo assim, não se pode pensar em inserir esse professor em uma realidade de alunos em que a instituição formadora não o preparou.

Complementando a questão anterior, questionamos se os que responderam não estarem preparados para lecionar alunos especiais, se estaria relacionado a proposta curricular do curso, 58,6% afirmaram que sim, enquanto 34,5% afirmaram não e 6,9% não responderam. É interessante analisar que dentre os 34,5% dos professores que responderam não, 13,8% divergiram em suas argumentações apresentando a que eles atribuíam de fato.

É notório em suas argumentações a divergência entre o que eles defendem e o que de fato é, todas elas estão relacionadas as lacunas deixadas em sua formação que o impossibilita até o momento da pesquisa em desempenhar um bom papel com os alunos especiais em sua sala de aula regular. Segundo (Carneiro, 2011 apud Maia 2014) “o perfil desejável do docente é o do profissional capaz de analisar o contexto em que se desenvolve sua atividade e planejá-la; dar resposta a uma sociedade em mudança e de combinar um ensino para todos”, nesse contexto, a sua formação deve apresentar essas possibilidades, deve inserir na prática desse professor essa realidade desejada e necessária para o processo de inclusão. Na sequência eles foram questionados se de fato as disciplinas do curso ofereceram suporte prático para atuação do docente e obtivemos com o resultado que 72% dos entrevistados afirmaram não oferecerem suporte prático para atuação do docente na sala de aula regular de ensino com os alunos público alvo da educação especial.

Essas questões, de fato, precisam ser levantadas, pois estes resultados devem inquietar a todos que fazem educação, desde as instituições formadoras dos docentes, o próprio professor e as escolas que estão ai recebendo alunos especiais com os mais diversos laudos possíveis, e de que forma a comunidade científica as universidades, as faculdades estão atentas a estas questões, afinal de contas, foram muitas lutas para





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

institucionalizar, dar visibilidade aqueles que por séculos foram invisíveis, e sendo assim, não se pode de forma alguma diante de tanto aparato legal constituídos continuarmos com velhas práticas que ao invés de incluir, faz o inverso, tornando as crianças meros telespectadores em meio ao processo de ensino aprendizagem.

Conclusão

Partindo do pressuposto de que as pessoas com necessidades educacionais especiais sempre estiveram à margem da sociedade, conforme aponta outros estudos e que de fato essa exclusão era um reflexo da incompreensão do problema que sempre foi um grande desafio para a família e consequentemente para a sociedade. Com base nisso, muitas atrocidades foram cometidas em nome dessa ignorância, tornando-os seres atípicos impossibilitando-os de estarem no convívio normal em sociedade.

Porém, esse público começa a ter uma maior visibilidade a partir de um marco histórico ocorrido em julho de 1994 em Salamanca na Espanha, que no evento intitulado de Conferência Mundial de Educação Especial é criado um documento norteador intitulado de Declaração de Salamanca o qual vem a despertar em todas as nações a real necessidade desse público em termos de inserção no contexto escolar, ou seja, da validação dos seus direitos. Logo em seguida no ano de 1996, o Brasil apresenta uma lei que se torna o documento norteador da educação no país a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) que aponta em seu capítulo V todo um encaminhamento de como a educação desses alunos públicos alvos da educação especial devem ser conduzidas.

Sendo assim, para elucidar as considerações finais deste estudo a partir das considerações expostas acima e da necessidade de resgatar algumas perguntas norteadoras que deram suporte a esta pesquisa: De que forma esse direito se consolida na prática? Será que as instituições formadoras dos docentes estão preparando os professores na sua formação inicial para que eles possam de fato incluir seus alunos público alvo da educação especial na sala regular de ensino?





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Para responder essa e outras questões, este estudo demonstrou que os docentes do município e em específicos os que se disponibilizaram a participar desta pesquisa apresentam grandes dificuldades de incluir seus alunos especiais no ensino regular, o que demonstra de fato um entrave no que as diretrizes operacionais da educação especial apresenta para este público.

Nesse sentido, se fez necessário envolvê-los em questionamentos para buscar compreender de fato a que estava atrelado essas dificuldades de inserção do público alvo da educação especial em suas salas regulares de ensino, e o fato a nós revelado é que estava ligado diretamente a sua formação inicial (graduação), onde os mesmos afirmaram que quase não tiveram disciplinas relacionadas a esse público, e as que disponibilizaram, as fazem de forma puramente teórica que não chega a ajudá-los em quase nada no processo educacional na prática. Para ser mais preciso, percebemos que dos que foram entrevistados levando em consideração todas as instituições formadoras, 44,8% afirmaram não terem sido contemplados em sua formação com nenhuma disciplina voltada para educação especial e que apenas 24,2% afirmaram terem visto apenas uma, enquanto 10,3% afirmaram terem sido contemplados com duas disciplinas voltadas para este público e 20,7% optaram por não responder. Vejamos que são informações preocupantes por que elas têm uma resposta imediata na prática deste professor como também no processo de ensino aprendizagem de seus alunos.

Nesse contexto, podemos de certa forma compreender melhor o porquê de nossos alunos público alvo da educação especial estarem sempre: Ociosos em sala de aula, Apenas como mero instrumento decorativo em sala de aula, com as mesmas dificuldades no processo de ensino aprendizagem.

Essa realidade precisa inquietar as instituições de ensino que precisam garantir os direitos de inclusão destes alunos, mas precisa inquietar principalmente as instituições formadoras destes docentes no sentido de rever seus PPCs se fazendo compreender até que ponto eles contemplam a real necessidade dos seus formandos na prática





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Diante do exposto, a formação continuada para estes profissionais que de uma certa forma foram prejudicados em sua formação acadêmica, se faz necessário para que possam suprir ou tentar preencher as lacunas que perpassaram a sua formação, para que possam contemplar com mais segurança, altivez o seu fazer pedagógico com seus alunos na sala regular de ensino.

A educação inclusiva se consolida hoje no país como sendo um grande desafio das secretarias estaduais e municipais de educação, pelo fato de que a demanda aumenta a cada ano e os profissionais que precisam assistir a esse público se veem impossibilitados de fazer um bom trabalho em função de suas limitações na sua formação acadêmica conforme apresentado acima, por outro lado, o profissional de apoio escolar que o apoia em sala de aula não tem definido ao certo por lei o que de fato eles precisam para assim exercerem a sua função, e nesse contexto, o aluno que é público alvo desses profissionais segue sua rotina motivados apenas pelo desejo de conseguir sua visibilidade não apenas no sentido físico da matéria, mas também na progressão de seus conhecimentos e habilidades para que possam assim como os demais encontrarem seu espaço e buscar a sua liberdade profissional com base nos direitos que lhes assistem.

Referências

ALBINO, Jéssica. Breve trajetória histórica da educação especial no mundo e no Brasil. [S. l.]: YouTube, 5 ago. 2013. 1 vídeo (6 min. 47 s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mpoE9pCGOR4>

. Acesso em: 10 jan. 2019.

ALONSO, M.; QUELUZ, A. G. O trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja de; MAUÉS, Antônio Gomes Moreira. O direito humano à educação. In: ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja de (org.). Direito humano à educação na Amazônia: uma questão de justiça. Belém, PA: Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2015.

JANNUZZI, G. S. de M. A educação do diferente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JANNUZZI, G. S. de M. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMALHO, B.; NUNEZ, I. B.; GAUTHIER, C. Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

Recebido em: 11/08/2025

Aprovado em: 22/09/2025

Publicado em: 07/10/2025

